

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

Processo CPA nº 2025/00049162**1. OBJETO**

Aquisição de equipamentos médicos a serem distribuídos para as unidades ambulatoriais do Tribunal de Justiça de São Paulo na Capital e no interior da 2ª a 10ª RAJs.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Visando dar atendimento ao determinado pela Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que consiste na Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados/Magistradas e Servidores/Servidoras, o objetivo da presente aquisição é zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário, na medida que a necessidade de aquisição dos materiais permanentes descritos no item 11, é imprescindível para o bom atendimento médico ambulatorial, com a possibilidade de exames mais minuciosos e atendimento básico aos Magistrados/Magistradas e Servidores/Servidoras.

A implementação de ambulatórios médicos nas Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs) do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) justifica-se pela necessidade de assegurar o princípio da isonomia, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, que garante a igualdade de tratamento a todos os cidadãos perante a lei, incluindo os membros do Poder Judiciário. Atualmente, os serviços de atendimento médico ambulatorial encontram-se concentrados exclusivamente na Capital, atendendo às necessidades de magistrados, magistradas, servidores e servidoras lotados nessa região. Tal configuração resulta em uma disparidade de acesso aos serviços de saúde, prejudicando aqueles que desempenham suas funções nas RAJs do Interior (2ª a 10ª RAJ), os

quais ficam desprovidos de estrutura semelhante para suporte médico imediato. E nesse contexto, em razão da constante circulação de pessoas nas dependências dos Fóruns da Capital e do Interior (2ª a 10ª RAJ), que contam com várias unidades cartorárias e inúmeros Magistrados/Magistradas, Servidores/Servidoras, Estagiários/Estagiárias, Terceirizados/Terceirizadas, Advogados/Advogadas e Membros do Ministério Público, faz-se necessária a aquisição de equipamentos médicos para que sejam instalados nos ambulatórios, para realização do atendimento eletivo ou de demanda espontânea, com a responsabilidade de assegurar a adequada assistência ao paciente daqueles ambulatórios.

Em razão da decisão da Egréria Presidência, no processo CPA 2024/96874, para prosseguimento com urgência do processo de licitação para instalação de nove ambulatórios médicos nas 2ª a 10ª RAJs, houve a necessidade de ajustes de quantidade dos equipamentos já incluídos no PCA 2025, para que sejam adquiridos equipamentos novos necessários para a inauguração destes nove ambulatórios.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

A compra dos equipamentos médico hospitalares na quantidade prevista está inserida no Plano de Contratações Anual com os códigos de identificação **293/2025** e **580/2025**.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei nº 14.133/21)

De acordo o objetivo 3 do Planejamento Estratégico do TJSP 2021-2026, que aponta para o aumento da satisfação pessoal e profissional dos agentes públicos no ambiente de trabalho, este objetivo é definido como: “Segundo CHIAVENATO (2010), “um ambiente de trabalho agradável facilita o relacionamento interpessoal e melhora a produtividade, bem como reduz acidentes, doenças, absenteísmo e

rotatividade de pessoal”, razão de esforço para a elevação da satisfação e qualidade de vida dos agentes públicos no ambiente de trabalho.”.

Considerando que esta meta se refere à satisfação dos servidores(as) e que para uma assistência segura e precisa, a aquisição dos equipamentos será um indicador favorável ao clima organizacional.

Considerando que conforme determinado na Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, deve ser instituída uma Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados(as) e Servidores(as) do Poder Judiciário, s.m.j, a compra dos aparelhos será necessária para atender a demanda dos ambulatórios médicos em funcionamento, possibilitando melhores condições da assistência à saúde dos Magistrados(as) e Servidores(as) atendidos nos ambulatórios médicos do Tribunal de Justiça.

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

6.1. Sustentabilidade

Cumprimento do contrato já existente no Tribunal de Justiça para o descarte de bens inservíveis pós-uso, via administrativa, objetivando contribuir com a preservação ambiental.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, devendo proporcionar a devida proteção durante o transporte, garantindo a integridade do bem, além de conter as informações necessárias à identificação dos produtos.

O prazo de recebimento provisório será de até 02 (dois) dias consecutivos e, definitivo, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.

Os móveis, equipamentos e aparelhos deverão ser entregues nos endereços elencados no **ANEXO I**, respeitando a quantidade especificada para cada prédio.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei nº 14.133/21)

A entrega deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da Assinatura do Contrato, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos decorrentes do fornecimento.

O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias a partir do Ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, após a entrega dos bens.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Os móveis e equipamentos terão garantia do fabricante.

9.1. Especificação da Garantia (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021)

- 9.1.1.** A garantia será prestada nos termos estabelecidos na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, tendo início a partir da data de recebimento definitivo do produto (Ateste da Nota Fiscal).
- 9.1.2.** Para vícios aparentes ou de fácil constatação, a garantia será de noventa dias (art. 26, inc. II). Os móveis, equipamentos e aparelhos deverão ser novos e sem uso anterior.
- 9.1.3.** Tratando-se de vício oculto, a garantia será exercida quando o defeito ficar evidenciado (art. 26, §3º).
- 9.1.4.** Constatado defeito, a empresa deverá providenciar a troca ou o reparo, sem qualquer ônus para o Contratante, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar da notificação.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA
(inc. VIII, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, logo, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento de menor preço.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)**Lote 1 – Equipamentos de diagnóstico médico**

Código	Descrição	Qtde	Justificativa
27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	20	Sendo 1 (um) para o ambulatório do Pátio do Colégio, 1 (um) para o prédio da Consolação, 1 (um) para o ambulatório do Palácio da Justiça, 1 (um) para o João Mendes, 9 (nove) para os ambulatórios do interior e o restante será utilizado pelos peritos nos consultórios periciais.
27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	30	Sendo 1 (um) para cada ambulatório médico (atualmente temos 15 ambulatórios em funcionamento), 9 (nove) para os que serão instalados no interior e os outros para reposição dos aparelhos quebrados.
27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	30	Sendo 1 (um) para cada ambulatório médico (atualmente temos 15 ambulatórios em funcionamento), 9 (nove) para os que serão instalados no interior e os outros para o setor de perícias médicas.
27.0555	Esfigmomanômetro	30	Sendo 1 (um) para cada ambulatório

	digital de braço		médico (atualmente temos 15 ambulatorios em funcionamento) e os outros para o setor de perícias médicas.
28.0006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	30	Para uso nos aparelhos desfibriladores em uso nos ambulatorios médicos (15), 9 (nove) para o interior e 5 (cinco) para reserva. As pás tem uso único e individual, caso precise ser utilizada, teremos que fazer a troca imediata.
27.1182	Desfibrilador externo automático	12	9 (nove) para os ambulatorios do interior, 1 (um) para o prédio da Consolação e 2 (dois) para reserva, no caso de reposição dos aparelhos antigos.
27.1183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	13	9 (nove) para os ambulatorios a serem instalados no interior, 3 (três) para os ambulatorio Hely Lopes Meirelles, São Miguel e Santo Amaro que estão com sua vida útil expirada e 1 (um) para reposição.
27.0063	Estetoscópio adulto	20	Equipamento necessário para os atendimentos médicos e de enfermagem nos ambulatorios do interior.
27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	10	Serão encaminhados para os ambulatorios novos do interior.
27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	23	Serão encaminhados para os ambulatorios novos do interior, sendo 1 (um) para uso diário e 1 (um) exclusivo para a maleta de emergência.
27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	9	Serão encaminhados para os ambulatorios novos do interior.

Lote 2 – Mobiliário Hospitalar

Código	Descrição	Qtde	Justificativa
27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	10	Sendo 1 (uma) para o ambulatorio Pátio do Colégio e 9 (nove) para os

			ambulatórios no interior.
27.0749	Mesa para Exame/Tratamento Clínico (divã), 3 portas e 3 gavetas	01	Para o consultório ginecológico no ambulatório da Consolação, que já teve sua vida útil expirada.
27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	30	Cada ambulatório novo a ser instalado no interior precisará de 03 (três) unidades (consultório médico, medicação e enfermagem).
27.0053	Divã adulto para exames clínicos	18	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.
27.0553	Suporte de braço - braçadeira	10	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.
27.0110	Suporte para soro	9	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.

Lote 3 – Suprimentos ambulatorial

27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo)	12	Para troca dos cilindros de oxigênio do ambulatório Barra Funda e Hely Lopes que estão com validade expirada (são muito antigos) e para os ambulatórios do interior.
27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	10	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.
27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	10	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior e 1 (um) para o ambulatório da Consolação.
27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	14	Serão encaminhados 9 (nove) para os ambulatórios do interior e 5 (cinco) para os ambulatórios da Consolação, Pátio do Colégio, Palácio da Justiça, João Mendes, Gade MMDC e Gade Conselheiro Furtado.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Considerando as possíveis formas de entrega do objeto, analisando a oferta no mercado, a aquisição de equipamentos e insumos de forma fracionada, como por exemplo, por verba de adiantamento, pode impactar em um custo maior e com a possibilidade de falta de abastecimento, por ausência de oferta. O processo de licitação é mais favorável técnica e economicamente, pois permite a aquisição a um custo melhor, já que a compra se dará para o abastecimento necessário para a adequada prestação de serviços de assistência à saúde, o que garante também o recebimento na sua totalidade em uma única entrega.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei Nº 14.133/21)

Na tabela abaixo estão especificados os valores médios encontrados em pesquisa feita em sites de empresas de fornecimento de móveis, equipamentos e aparelhos médicos hospitalares. As especificações da pesquisa de mercado estão apresentadas no ANEXO II deste ETP.

Lote 1 – Equipamentos de diagnóstico médico

Código	Descrição	Qtde	Justificativa	Preço/Unidade	Preço Total
27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	20	Sendo 1 (um) para o ambulatório do Pátio do Colégio, 1 (um) para o prédio da Consolação, 1 (um) para o ambulatório do Palácio da Justiça, 1 (um) para o João Mendes, 9 (nove) para os ambulatórios do interior e o restante será utilizado pelos peritos		

			nos consultórios periciais.		
27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	30	Sendo 1 (um) para cada ambulatório médico (atualmente temos 15 ambulatórios em funcionamento), 9 (nove) para os que serão instalados no interior e os outros para reposição dos aparelhos quebrados.		
27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	30	Sendo 1 (um) para cada ambulatório médico (atualmente temos 15 ambulatórios em funcionamento), 9 (nove) para os que serão instalados no interior e os outros para o setor de perícias médicas.		
27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	30	Sendo 1 (um) para cada ambulatório médico (atualmente temos 15 ambulatórios em funcionamento) e os outros para o setor de perícias médicas.		
28.0006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	30	Para uso nos aparelhos desfibriladores em uso nos ambulatórios médicos (15), 9 (nove) para o interior e 5 (cinco) para reserva. As pás tem uso único e individual, caso precise ser utilizada, teremos que fazer a troca imediata.		
27.1182	Desfibrilador externo automático	12	9 (nove) para os ambulatórios do interior, 1 (um) para o prédio da Consolação e 2 (dois) para reserva, no caso de reposição dos aparelhos antigos.		
27.1183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	13	9 (nove) para os ambulatórios a serem instalados no interior, 3 (três) para os ambulatório Hely Lopes Meirelles, São Miguel e Santo Amaro que estão com sua vida útil expirada e 1 (um) para reposição.		
27.0063	Estetoscópio adulto	20	Equipamento necessário para os atendimentos médicos e de enfermagem nos ambulatórios do interior.		
27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	10	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.		

27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	23	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior, sendo 1 (um) para uso diário e 1 (um) exclusivo para a maleta de emergência.		
27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	9	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.		
				VALOR TOTAL:	

Lote 2 – Mobiliário Hospitalar

Código	Descrição	Qtde	Justificativa	Preço/Unidade	Preço Total
27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	10	Sendo 1 (uma) para o ambulatório Pátio do Colégio e 9 (nove) para os ambulatórios no interior.		
27.0749	Mesa para Exame/Tratamento Clínico (divã), 3 portas e 3 gavetas	01	Para o consultório ginecológico no ambulatório da Consolação, que já teve sua vida útil expirada.		
27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	30	Cada ambulatório novo a ser instalado no interior precisará de 03 (três) unidades (consultório médico, medicação e enfermagem).		
27.0053	Divã adulto para exames clínicos	18	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.		
27.0553	Suporte de braço - braçadeira	10	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.		
27.0110	Suporte para soro	9	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.		
				VALOR TOTAL:	

Lote 3 – Suprimentos ambulatorial

Código	Descrição	Qtde	Justificativa	Preço/Unidade	Preço Total
27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para	12	Para troca das válvulas existentes e em condições ruins		

	Cilindro de Oxigênio - 15 litros		de funcionamento nos ambulatórios do Pátio do Colégio, Palácio da Justiça, Gade MMDC e 9 (nove) unidades serão para os novos ambulatórios a serem instalados na 1ª a 10ª RAJs.		
27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo)	12	Para troca dos cilindros de oxigênio do ambulatório Barra Funda e Hely Lopes que estão com validade expirada (são muito antigos) e para os ambulatórios do interior.		
27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	10	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior.		
27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	10	Serão encaminhados para os ambulatórios novos do interior e 1 (um) para o ambulatório da Consolação.		
27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	14	Serão encaminhados 9 (nove) para os ambulatórios do interior e 5 (cinco) para os ambulatórios da Consolação, Pátio do Colégio, Palácio da Justiça, João Mendes, Gade MMDC e Gade Conselheiro Furtado.		
				VALOR TOTAL:	

13.1. Orçamento sigiloso (art. 24, caput, da Lei nº 14.133/2021)

O valor do orçamento estimado da contratação a ser apurado pela Diretoria de Licitações e Suprimentos será em caráter sigiloso nos termos do art. 24, caput, da Lei nº 14.133/2021, em razão de que a publicação do orçamento estimado em edital implica a oferta de propostas iniciais muito próximas ou iguais àquele valor obtido pela Administração (“efeito âncora”), e **será publicado no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça após a homologação do resultado da**

licitação e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Mesmo na fase de lances, há pouco estímulo para que os licitantes proponham descontos relevantes, desejando orbitar o mais próximo possível do preço referencial.

A partir de tal constatação, é possível extrair algumas conclusões vantajosas sobre o tema que corroboram a pertinência e cabimento do orçamento sigiloso, a saber:

- a) Diminui a assimetria de informações entre a administração e o licitante:** o licitante já é detentor dos dados informativos da composição de seus custos e, em caso de divulgação do orçamento estimado, também terá ciência do valor máximo a ser pago pela Administração, fato que desequilibra completamente a relação negocial, em prejuízo da atividade do pregoeiro/agente de contratação;
- b) Estimula a apresentação de propostas iniciais mais adequadas aos reais preços de mercado:** não saber o preço máximo que a Administração está disposta a investir tende a reduzir o valor das propostas iniciais apresentadas, porque serão pautadas, sobretudo, nos custos do fornecedor e nos preços por ele efetivamente praticados;
- c) Desestimula a participação de empresas inexperientes:** a divulgação do orçamento estimado permite que empresas sem qualquer experiência possam ofertar propostas e concorrer, ainda que não possuam conhecimento técnico adequado ou capacidade de planejamento para a contratação em questão, fato que pode implicar atrasos e prejuízos ao certame;
- d) Fomenta a negociação e a busca das melhores propostas:** quanto mais a competição e a oferta de lances forem favorecidas, mais provável será a obtenção de proposta vantajosa para a Administração (observada a exequibilidade, naturalmente), medida que beneficia o interesse público e consagra os princípios da eficiência, competitividade e economicidade;
- e) Auxilia na prevenção de conluíus entre os licitantes:** o fato de os licitantes não terem ciência do orçamento estimado contribui para afastar práticas de conluio, na medida em que, diante da incerteza do preço a ser investido pela Administração, obrigam-se a apresentar preços mais próximos do realmente praticados; e

f) Prestigia o princípio da publicidade: ainda que, *prima facie*, não aparente prestigiar tal princípio, certo é que a restrição de publicidade é apenas temporária e não se sustenta perante os órgãos de controle interno e externo (inciso I do art. 24).

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A empresa CONTRATADA deverá atender as solicitações da CONTRATANTE, sendo responsável pelo fornecimento dos equipamentos, móveis e aparelhos objeto do presente estudo, os quais serão instalados nos ambulatórios médicos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para fins de reposição nos ambulatórios localizados na Capital, diante da impossibilidade de conserto dos bens já existentes e para a inauguração nos ambulatórios médicos do Interior (2ª a 10ª RAJ), com a aquisição de novos bens.

Para fins de assegurar a utilização dos equipamentos, móveis e aparelhos adquiridos no padrão de qualidade almejado, a CONTRATADA deverá fornecer o suporte técnico/manutenção no prazo de garantia estabelecido no contrato.

A presente solução tem como objetivo permitir que a assistência médica e de enfermagem nos ambulatórios do CONTRATANTE aos(às) Magistrados(as), Servidores(as) Estagiários(as), Advogados(as), Terceirizados(das), Membros do Ministério Público e outros seja devidamente adequada para a realização de um atendimento com qualidade e excelência.

Os móveis, equipamentos e aparelhos deverão ser entregues nos endereços especificados no **ANEXO I**, respeitando a quantidade especificada para cada prédio.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

O parcelamento do objeto deverá ser considerado, uma vez que verificada a

viabilidade da divisão do objeto em 03 lotes distintos, visando;

- Ampliar a competitividade: permite a participação de empresas especializadas em cada segmento, que não teriam condições de disputar o objeto completo.
- Evitar concentração de mercado: reduz o risco de contratação com fornecedor único e promove maior diversidade de propostas.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Pretende-se atender a demanda das Unidades Ambulatoriais, visando o um trabalho de saúde com qualidade e excelência aos Servidores(as), Magistrados(as) e Estagiários(as) deste Tribunal.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Será necessário que as administrações prediais destinem o espaço para a recepção e guarda dos materiais.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

O objeto está vinculado ao processo CPA 2024/00096874, o qual tem como finalidade a contratação de equipe terceirizada para prestar os atendimentos médicos e de enfermagem nos ambulatórios elencados no **ANEXO I**.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Não há impactos que possam culminar em prejuízos ambientais.

Os equipamentos em desuso serão encaminhados para o descarte correto, através de ofício, seguindo o adequado trâmite, conforme orientações do Setor de Patrimônio Mobiliário do Tribunal de Justiça, o qual estabelece as diretrizes para o descarte dos bens inservíveis desta Instituição.

As pilhas ou baterias utilizadas nos equipamentos serão descartadas em locais destinados a este serviço, após o uso.

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei nº 14.133/21)

Os equipamentos deverão ser adquiridos sem a possibilidade de locação por se tratarem de bens permanentes de uso ambulatorial.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei nº 14.133/21)

21.1. A participação de empresas em consórcio deverá levar em consideração a complexidade do objeto e as restrições de mercado que levam à impossibilidade de empresas participarem da licitação isoladamente para atender ao objeto da contratação, tornando a competição reservada a poucas empresas aptas a preencher as condições especiais da licitação. Neste caso, o consórcio visa a ampliar o universo de licitantes permitindo a associação entre os particulares, a fim de possibilitar a soma das capacidades operacionais.

21.2. Considerando que o objeto a ser contratado não se enquadra na hipótese estabelecida no item 21.1, em razão de ser de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

22. CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Não aplicável.

23. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº

2025/00049162.

24. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

24.1. Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação:

Unidade Solicitante	Serviço de Enfermagem e de Promoção de Saúde – SGP 5.3.2
Diretoria responsável	Diretoria da Saúde – SGP 5
Gestor do Planejamento	Paula de Sousa e Castro – Coordenador da Assistência e Promoção de Saúde – SGP 5.3
Equipe de Planejamento	Maria Socorro Teles Feitosa – Supervisora do Serviço de Enfermagem e Promoção de Saúde – SGP 5.3.2 Anita Salvadori Randi – Enfermeira Judiciária – SGP 5.3.2 Luci Hamaoka – Supervisora do Serviço Médico e Odontológico – SGP 5.3.1
Equipe Técnica	Maria Socorro Teles Feitosa – Supervisora do Serviço de Enfermagem e Promoção de Saúde – SGP 5.3.2 Anita Salvadori Randi – Enfermeira Judiciária – SGP 5.3.2 Luci Hamaoka – Supervisora do Serviço Médico e Odontológico – SGP 5.3.1

24.2. Identificação dos servidores responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023):

Gestor do Contrato	Anita Salvadori Randi – Enfermeira Judiciária – SGP 5.3.2
Suplente(s) do Gestor do Contrato	Paula de Sousa e Castro - Coordenador SGP 5.3

25. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei nº 14.133/21)

Considerando a inauguração de nove ambulatórios médicos nas 2ª a 10ª RAJs, se faz necessária a aquisição destes móveis, equipamentos e aparelhos registrados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

neste objeto, além da necessidade de reposição nas unidades ambulatoriais em funcionamento na Capital deste Tribunal de Justiça.

São Paulo,

Assinatura eletrônica da equipe de planejamento da contratação

PAULA DE SOUSA E CASTRO
Coordenador SGP 5.3

Maria Socorro Teles Feitosa
Supervisor
Serviço de Enfermagem e Promoção de Saúde – SGP 5.3.2

Anita Salvadori Randi
Enfermeira Judiciária – SGP 5.3.2

Luci Hamaoka
Supervisora
Serviço Médico e Odontológico – SGP 5.3.1

